

Tecnologias de governo na proteção da infância e da juventude: A centralidade da instituição familiar em um serviço de abordagem a crianças e adolescentes em situação de rua, em Porto Alegre.¹

Helena Patini Lancellotti (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Resumo: O objetivo dessa comunicação é apresentar os resultados iniciais da pesquisa que realizei com o Ação Rua, um serviço de abordagem e acompanhamento a crianças e adolescentes em situação de rua, em Porto Alegre/RS. O serviço é formado por 13 equipes que atuam em diferentes territórios da cidade, sendo que o objetivo é o de propor alternativas à situação de rua e ao trabalho infantil que esses indivíduos vivenciam. Através da observação das reuniões mensais em que estão presentes representantes das equipes da rede e da observação de encontros semanais de um desses núcleos, foi possível notar que não é apenas o indivíduo em situação de rua que é atendido por esse programa, mas também a sua família. Uma das principais ações do atendimento proposto aos jovens que estão em situação de rua é o de realizar a reinserção do mesmo na sua rede familiar. A maneira pela qual normalmente chegam até a criança ou ao adolescente em situação de rua é através da abordagem realizada por educadores sociais. Quando os profissionais reconhecem o indivíduo que identificam como vinculados à rua ou ao trabalho infantil, iniciam um processo de aproximação para assim conhecer não apenas aquele que está sendo abordado, mas também os seus responsáveis. A qualificação dos dados, que realizam para verificar as informações fornecidas junto à escola ou outras instituições, serve não apenas para identificar o jovem, mas também adquirir novas informações sobre a sua rede familiar. Os prontuários pelos quais a equipe organiza os casos que acompanham é organizado a partir do nome do responsável e não do sujeito abordado na rua. Assim como nos estudos sobre políticas voltadas para infância e juventude após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (FONSECA & CARDARELLO: 2009; SCHUCH, 2013; VIANNA: 2002; RIBEIRO; 2009), a instituição familiar tem um importante papel na atuação desse programa governamental. Sendo que em diversas situações, o trabalho é realizado tendo como um dos focos a criação de um sujeito autônomo e organizado, na figura da pessoa responsável pela criança ou pelo adolescente. Através desse estudo, é possível notar como a família tem se tornado um sujeito político (SCHUCH, 2013), em que ela se torna um meio pelo qual as tecnologias de governo atuam e também moldam e criam determinados sujeitos.

Introdução

O presente estudo tem o objetivo de discutir o papel da instituição familiar na atuação do serviço Ação Rua. Trata-se de um serviço de abordagem e acompanhamento a crianças e adolescentes em situação de rua, em Porto Alegre. O objetivo do programa é o de propor

¹ IV ENADIR, GT 02: Infâncias e Juventudes: saberes, tecnologias e práticas.

alternativas para as situações de rua moradia e sobrevivência² e vincular tanto o indivíduo abordado quanto a sua família na rede de serviços assistências do município (PMPA, 2006). O serviço faz parte da Proteção Especial de Média Complexidade e é composto por 13 equipes, sendo que nove delas são conveniadas. Cabe a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) – órgão responsável pela estruturação dos serviços da assistência social - a supervisão e o monitoramento do trabalho realizado.

Cada equipe é formada por um/a psicóloga, um/a assistente social, quatro educadores/as e uma pessoa responsável pela coordenação, com exceção da equipe da região do centro que possui um número maior de integrantes. A atuação das equipes é realizada através da divisão por territórios da cidade, sendo responsabilidade de cada núcleo o atendimento a determinadas regiões. O acompanhamento de cada indivíduo e sua família se dá através desta divisão territorial, sendo que é o local de referência da criança e do adolescente que vai influir em quem será designado como o núcleo responsável. Se, por exemplo, os educadores abordam um menino que está em situação de rua no seu território de trabalho, mas o indivíduo tem sua referência de moradia em outra região, quem ficará responsável por essa rede familiar não será quem o abordou nas ruas, mas sim a equipe que atua na localidade que os seus familiares habitam.

Devido ao trânsito e a mobilidade que os indivíduos em situação de rua operam na cidade, acaba que existe uma comunicação frequente entre os núcleos que atendem diferentes regiões. A direção desse fluxo se dirige principalmente em direção ao centro da cidade, onde as crianças e adolescentes se deslocam para exercer atividades que configura para os núcleos como trabalho infantil (como atividades de comércio, catação de recicláveis e o tráfico de drogas), para a mendicância, para o uso de entorpecentes e/ou para realizar rua moradia. Devido ao território central ser um ponto para o qual muitos jovens se deslocam, a equipe do centro possui um número alto de abordagens, comparado, por exemplo, com a outra região que acompanho na pesquisa, que corresponde a um território periférico em Porto Alegre, o da Lomba do Pinheiro.

² “...a rua moradia refere-se ao uso do espaço da rua como campo principal de organização de suas atividades, incluindo a moradia, contrapondo-se à situação de rua sobrevivência, caracterizada predominantemente pelo trabalho infantil, sendo que a família ainda é a referência para a organização das atividades diárias” (Lemos 2005; Rizzini & Buttler, 2003; Souza, Reis, Correa & Giugliani, 2010 apud Finkler, 2011).

Outro diferencial da região centro no que diz respeito ao território tem a ver com as abordagens. As abordagens que o serviço realiza são de dois tipos: sistêmica e solicitada. Sendo que a primeira é realizada como uma tarefa rotineira dos educadores, onde saem para determinada região a procura de crianças e adolescentes que estão em situação de rua; a segunda diz respeito a ligações que recebem de moradores sobre casos de jovens que são vistos na rua. É importante ressaltar que a abordagem nas ruas não é a única forma pela qual o jovem passa a ser conhecido pelo programa, pois pode ocorrer de outros serviços (sócio assistenciais, ligados à saúde, dentre outros) encaminharem o caso para o Ação Rua.

Na região da Lomba do Pinheiro, quando indaguei se recebiam ligações solicitando o serviço, recebi a resposta de que isso praticamente não ocorria. Na região do centro, por sua vez, existe uma grande demanda de telefonemas por parte da vizinhança no que diz respeito à solicitação de abordagem. Em algumas reuniões em que estive presente, pude presenciar telefonemas de moradores com informações sobre o aparecimento de determinado garoto na região ou para informar sobre alguma criança que estava dormindo na frente de suas residências.

O território também influi no tipo de trabalho que cada núcleo realiza, pois as regiões diferem entre si não apenas nos números de indivíduos em situação de rua e famílias que são acompanhadas. Também são distintas no que diz respeito ao tamanho geográfico e densidade populacional das regiões, nos tipos de situações de rua que crianças e adolescentes realizam e, na distribuição de serviços voltados a assistência social. É importante ressaltar que não parto do pressuposto de que todas as equipes que compõe o Ação Rua atuam de maneira homogênea e possuem reflexões semelhantes. Apesar de serem conveniadas a FASC, elas possuem autonomia para colocar em prática o serviço.

Trata-se de um serviço composto por 13 equipes, como já mencionei, sendo que realizo a pesquisa de forma mais próxima com apenas duas: a Associação Inter Comunitária de Atendimento Social (AICAS) - que atua na região central e o Ação Rua da Lomba do Pinheiro, vinculado ao Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA) São Francisco de Assis – que atende o bairro que corresponde ao nome do núcleo e o bairro Agronomia. O contato que tenho com as realidades dos outros núcleos ocorre através da reunião de gerenciamento, que são realizadas uma vez ao mês na sede da FASC e onde está presente também a coordenação da Média Complexidade.

A gestão da infância, uma breve genealogia.

Nesta seção, pretendo realizar uma breve genealogia da história infância no Brasil, para demonstrar como as formas de reconhecer, nomear e gerir crianças e adolescentes passou, e ainda passa, por uma série de modificações na forma como se nomeia este público e na própria forma como se constituíam políticas e ações governamentais voltadas para essas pessoas. Antes de discorrer sobre a história da infância no país, é necessário compreender que nem sempre a infância possuiu o status de uma idade diferenciada e com uma série de disciplinas sobre o seu corpo como temos nos dias de hoje (ARIÈS, 1978). Em relação, ao Brasil, o foco principal da história da infância, cujas discussões e reflexões têm início no final no século XIX, dizem respeito à infância pobre. (PILOTTI & RIZZINI, 2009, p. 15).

A descoberta deste novo alvo de intervenção está ligada ao contexto de implementação da República no país, um período turbulento marcado pelo fim da Escravatura, pela chegada de imigrantes para o mercado de trabalho e com os problemas advindos da rápida urbanização em duas cidades do país: epidemias, falta de empregos e condições dignas de trabalho e mortalidade infantil (ALVIM & VALADARES: 1988). É neste contexto que a questão social da infância abandonada será colocada e será o foco de diversos saberes para se pensar em formas de intervir nessa problemática.

Como demonstram Rosilene Alvim e Licia Valadares (1988), nos anos 20 surge uma série de tentativas de inscrever essa infância a margem dentro dos mecanismos de controle do Estado, como o Juízo de Menores em 1923 e posteriormente, em 1927, o primeiro Código de Menores – em que o termo “menor” passa a designar a infância pobre. O “menor” era frequentemente associado à criminalidade e à desordem. Eram alvos de políticas de institucionalização, pois era preciso retirar do espaço público os corpos que ali ofereciam perigo. Suas famílias também eram alvo do Estado, quando este tinha a legitimidade de realizar a suspensão do poder pátrio dos pais e de também realizar a apreensão dos menores que consideravam como abandonados (PILOTTI; RIZZINI, 2009).

Nos anos seguintes temos a criação de outras formas de intervenção, como o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941. Com o SAM são implementadas uma série de técnicas de governo para manter o menor não apenas sob controle, mas também empregado e longe das ruas e da criminalidade que seria intrínseca a este espaço. Em 1964, período da ditadura militar, a infância pobre passa então para as mãos do governo militar, com a criação

da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). Essas duas novas criações, provocam um aumento do número de institucionalização desses indivíduos a margem, colocando a infância e a juventude como um problema de segurança nacional.

No ano de 1979, é aprovado o Novo Código de Menores, cuja preocupação e não seria mais o jovem vinculado ao trabalho de infantil, mas sim o “menor infrator”, visto que os números relativos a crianças e adolescentes carentes e práticas delituosas cometidas por jovens tinha tido em um aumento expressivo (ALVIM, VALADARES, 1988). Em 1990, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), crianças e adolescentes tornam-se sujeitos de direitos, em que o dever da família, do estado e o da comunidade é o de exercer uma proteção integral sobre tais indivíduos (SCHUCH: 2013).

O que quero pontuar tendo como base a breve revisão sobre esta genealogia da infância é a da que diversos saberes estiveram envolvidos na construção da figura de crianças e adolescentes como pessoas que deveriam ser controladas, e por isso seriam tuteláveis. Além de que esse regime de tutela esteve ligado a práticas de disciplinamento, como cita Diego Silveira sobre a história da infância no país (2015):

“Esses estudos apontam que em torno da categoria “menor” e da noção de “menoridade” constitui-se todo um regime tutelar composto por dispositivos de saber e intervenção, voltado para o controle disciplinar de crianças e jovens identificados como um “problema” governamental, seja por estarem em uma situação de “abandono”, seja por representarem um risco para o bem-estar da sociedade” (SILVEIRA, p. 62, 2015).

De acordo com o ECA, crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento, o que, como pontua Laura Lowenkron, “significa uma condição peculiar de autonomia e de incapacidade de auto gestão plena” (LOWENKRON, p.99, 2013). E é a partir dessa autonomia incompleta que crianças e adolescentes estão inscritos no Estatuto, como vinculados a algum sistema de gestão, como o Estado e a família. No serviço Ação Rua, a instituição familiar é um ponto chave nas estratégias de trabalho que realizam. Sendo que uma das formas pela qual chegam até a família é através da abordagem, ou seja, quando encontram o jovem em situação de rua. A seguir, descrevo a primeira abordagem que acompanhei na região da Lomba do Pinheiro, prática esta em que não são solicitadas informações apenas da criança ou o adolescente, mas também sobre o seu responsável.

A abordagem

A criança ou o adolescente, de acordo com os profissionais da equipe da Lomba do Pinheiro, funciona apenas como a porta de entrada para o atendimento. É através da abordagem que é feita quando este indivíduo é visto em situação de rua – em mendicância, trabalho infantil, dentre outras situações - que a família passa a ser conhecida, assim como o que configuram como outras situações de vulnerabilidade dentro da rede familiar. A seguir descrevo a primeira abordagem que acompanhei, em um dia nublado e frio de junho de 2015. Encontrei os dois educadores na sede do núcleo da Lomba do Pinheiro e nos dirigimos para a localidade em que iriam realizar a abordagem.

A escolha pelo local – a vila Quinta do Portal - se deu por se tratar de uma localidade que tem muitos ferros velhos, locais estes em que crianças e adolescentes são frequentemente encontrados realizando trabalho infantil. O trajeto foi feito uma parte através de um ônibus e o restante a pé. Um trajeto que estava um pouco dificultado devido à falta de calçadas e como havia chovido bastante no dia anterior, tínhamos que nos desviar de poças de água e da terra barrenta, muitas vezes caminhando pela pista dos automóveis.

Após uma caminhada chegamos até a entrada de um ferro velho, sendo que de acordo com os educadores, é um dos mais movimentados da região. Aguardamos na frente do local e em questão de poucos minutos chegou um menino, uma criança branca, que vestia calça jeans, um agasalho e estava de chinelo, com os pés sujos de barro. Ele entrou no ferro velho com um objeto nas mãos que parecia uma peça de carro. Adentrou no espaço e rapidamente saiu sem o produto. Ou seja, já tinha vendido. Enquanto isto, aguardamos do lado de fora, pois os educadores não entram nesses locais e assim que o garoto saiu, ele foi abordado.

Primeiramente um dos educadores se apresentou e disse que era do CPCA (Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis), que era da assistência. Disseram-me que normalmente as pessoas da comunidade não conhecem o Ação Rua, mas sim o CPCA, por causa dos serviços sociais que a instituição oferece a comunidade. O menino, quando indagado, logo disse o seu nome e disse sua idade - tinha 11 anos e faria 12 no dia seguinte. Disse também que era a primeira vez que fazia aquilo, quando o educador perguntou se ele vendia sempre os produtos no ferro velho.

Ele disse que o vizinho dele deixou as peças na frente de casa e que resolveu vender. Outras perguntas foram feitas como o nome da sua mãe e o que ela fazia, se tinha irmãos, em

que escola estudava (e o nome da escola) e onde morava. Dados esse que serão utilizados para preencher o documento no qual estão inscritas todas as abordagens sistemáticas que os educadores realizam. Caso não encontrem nenhuma criança na rua quando saem, escrevem no caderno: “sistemática não efetivada”. Caso abordem crianças, os dados da criança são inscritos, assim como a data e a situação em que se encontrava – se é uma criança que está em situação de rua moradia ou rua sobrevivência.

Assim que conseguiram os dados do garoto, fomos embora. Antes de ir, o menino disse que mãe estava no trabalho e que ele estava na casa do vizinho. Quando indagado sobre o número do telefone, o mesmo disse não saber. Perguntei qual seria o próximo procedimento. Os educadores me disseram que iriam realizar uma visita à família, isso em conjunto com as técnicas (assistente social e psicóloga), para verificar a situação da família e checar se existem outras vulnerabilidades naquele núcleo familiar. O prontuário só é aberto a partir do momento que a família recebe a visita e passa a ser acompanhada, sendo que ele é organizado pelo nome da mãe. E também é necessário realizar um processo de qualificação dos dados, que ocorre não apenas com as informações relativas ao indivíduo menor de idade, mas também com as do seu responsável e a família. A seguir, descrevo a atuação do programa no que diz respeito à importância do núcleo familiar nos acompanhamentos, a forma como ela é acessada e com ocorrem as intervenções.

A instituição familiar

A família funciona como uma importante aliada no trabalho que o Ação Rua efetua, pois é através de uma reinserção de laços e do acompanhamento familiar que eles pretendem desenvolver no jovem o desejo dele se desvincular da rua. O processo de qualificação dos dados, que é feito após a abordagem realizada com a criança ou o adolescente em situação de rua, não tem como foco apenas os dados pessoais da pessoa abordada, mas sim da sua rede familiar. Com perguntas relativas ao nome da mãe e a sua profissão, se possui irmãos, onde reside, dentre outros. A atividade consiste na checagem os dados pessoais que o indivíduo forneceu junto com a escola ou outra instituição que frequente, para assim verificarem se as informações conferem. Acontece que muitas vezes não apenas checam os dados, mas também conseguem outros subsídios para o caso.

De acordo com a equipe da Lomba, existe também uma metodologia em relação aos atendimentos com a família, onde não existe uma uniformidade entre os casos, pois algumas

redes familiares demandam mais do que outras. Pode ocorrer de uma mesma família entrar em contato com a instituição todos os dias durante a semana por motivos diversos, enquanto que outras precisam de uma iniciativa do próprio serviço para serem atendidas. Como algumas famílias demandam mais do que outras, é necessário então ficar atento para perceber a necessidade de ir fazer uma visita quando se ficou bastante tempo sem contato com determinada rede familiar.

Também existem estratégias no que diz respeito a como trabalhar com essa rede, principalmente no que diz respeito ao atendimento às famílias que possuem filhos vinculados ao trabalho infantil, realidade esta bastante frequente nos casos atendidos pela Lomba do Pinheiro. Uma das principais atividades que as crianças e adolescentes realizam na região é a catação de matérias recicláveis. De acordo com meus interlocutores, não podem ter um abordagem repressiva, mas também não podem dar a entender que aquela prática é correta. Até mesmo porque o trabalho infantil, de acordo com integrantes da equipe, é uma questão cultural da própria família e pode ser justificado pelos responsáveis de diversas formas, até mesmo com um discurso de sustentabilidade e proteção ambiental.

Em relação às famílias que acompanham na região da Lomba, vale destacar que existem casos que são atendidos a mais de cinco anos, antes mesmo da existência do Ação Rua. Assim como existem núcleos familiares em que a situação do trabalho infantil foi superada, mas que ainda seguem em acompanhamento. E isso se deve a equipe compreender que existem outras situações de vulnerabilidades dentro desta rede familiar, situações que não foram superadas e que ainda demandam atendimento.

Para uma família ser desligada da Média Complexidade, é necessário que a equipe compreenda que o núcleo não precisa mais do acompanhamento, seja porque as crianças ou adolescentes não são mais vistos pelos educadores realizando situação de rua e quando os responsáveis já conseguiram também se organizar. Esse processo de desligamento também envolve tempo, sendo que a família fica em observação durante alguns meses antes de se realizar a desvinculação. Em alguns casos ocorre uma contra referência, ou seja, o encaminhamento desta rede familiar para a proteção básica, em específico, para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Quando esta mudança de vínculo ocorre, as duas proteções também se comunicam e é enviado para a unidade que irá receber o caso, um relatório com as informações sobre a situação.

A construção de sujeitos responsáveis e autônomos

A questão sobre quão organizado é ou está o responsável pela criança e/ou pelo adolescente é algo recorrente nas reuniões de equipe quando discutem os casos. São discutidas questões referentes aos responsáveis no que diz respeito à organização que esta pessoa tem sobre a sua própria vida e a dos seus dependentes. Sendo que são pontos positivos dessa organização quando o adulto consegue utilizar os benefícios que o Estado lhe propõe para, por exemplo, construir uma residência para si e os filhos ou para reforma-la. Ou quando adere a um tratamento de saúde que necessita fazer. Ou quando uma mãe assume o seu “papel” se impondo em relação ao adolescente; ou quando consegue algum emprego.

As formas pelas quais os profissionais tentam fazer com que as famílias e seus responsáveis se organizem e sejam autônomos podem ser diversas, desde tentar trabalhar na mãe uma forma de cuidado em relação à filha que não fique apenas na repressão, mas também no diálogo e na compreensão. Ou quando conseguem que a pessoa adulta acesse benefícios, conheça e garanta os seus direitos ou até mesmo quando indicam um trabalho para a mesma. A construção dessa autonomia nas pessoas atendidas pelo serviço se dá através do *acompanhamento*, sendo que “entende-se como *acompanhamento* todo o processo de acesso às políticas públicas visando à construção da autonomia e cidadania dos sujeitos através da garantia de direitos” (PMPA, p. 9, 2012).

Essas referências sobre a organização do adulto podem também remeter ao próprio histórico do indivíduo, quando como se referiram ao caso de uma mulher que realizava situação de rua sobrevivência quando era menor e que ainda é acompanhada pelo serviço apesar de já ter mais do que 18 anos³. Após ganhar seu primeiro filho, ela consegue desenvolver o “seu papel de mãe” e cuidar da criança e também do próprio lar, sendo que usou o benefício que recebe para arrumar a residência em que mora. Também é utilizado no que diz respeito a quando a responsável retoma uma situação do passado que já havia superado, por exemplo, ao voltar a fazer uso de álcool.

Pontos negativos também constroem esse status de organização. Quando, por exemplo, a pessoa que é considerada como responsável começa a não aderir mais aos encaminhamentos propostos ou quando tem questões relacionadas à saúde mental e não

³ A revisão de 2012 do projeto técnico do Ação Rua configura que mesmo que o indivíduo complete 18 anos e atinja a maioridade, ele poderá permanecer em acompanhamento até completar 21 anos.

realiza o tratamento. Nessas situações em que, por algum motivo, a pessoa passa a não agir de acordo com os encaminhamentos ou quando, por exemplo, retoma a situação de rua ou o uso de entorpecentes, diz-se que ela “se desorganizou”. Além de que existe um recorte de gênero bastante visível em relação a quem deve gerir o lar e as crianças. A maioria dos casos que acompanho, fazem referência a figura da mulher como a responsável, em que se avalia se ela está organizada (ou não) em relação a si e aos cuidados dos seus dependentes. Sendo que o seu companheiro - quando ele existe - aparece mais como um coadjuvante e muitas vezes relacionado a sustento da casa, problemas com álcool e violência doméstica.

Através da descrição acima é possível apreender que os profissionais do serviço (psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais), atuam na proteção de uma população que é considerada como em desenvolvimento, ou seja, que não é autônoma suficiente para o cuidado de si. Por essa razão, cabe então, realizar um trabalho de construção de um sujeito organizado e responsável na figura de quem possui a tutela desse indivíduo, para que ele consiga se auto-gerir, para que possa assim gerir outros, neste caso, os seus dependentes. Essas práticas realizadas pela equipe se inserem em um processo de uma nova racionalidade das práticas estatais que influem na construção de “sujeitos de direitos” (SCHUCH, 2013) e de construção de cidadania (ONG, 2003), cujo objetivo final é a construção de “cidadãos ativos e aptos para a sua auto-gestão” (SCHUCH, p. 323, 2013).

Essa nova racionalidade, de acordo com Nikolas Rose (1989), é o governo da subjetividade, em que ele é exercido através de novas autoridades e saberes - a expertise da subjetividade - que consiste em profissionais de diversas áreas que atuam no conhecimento da psique humana e possuem a autoridade e o conhecimento necessário para agir e aconselhar os indivíduos sobre suas ações. A atuação desse governo da subjetividade tem o intuito de formar cidadãos ativos, autônomos e conscientes, para agir de acordo com determinados padrões estabelecidos socialmente (ROSE:1989). Através do trabalho de campo, é possível notar como a família tem se tornado um sujeito político (SCHUCH, 2013), em que ela se torna um meio pelo qual as tecnologias de governo atuam e também moldam e criam determinados sujeitos. Ou seja: “um sujeito político fundamental para a mobilização de práticas de governo, mas também de lutas por recursos, reputações e novas posições sociais” (SCHUCH, p.314, 2013).

A discussão acima também serve para demonstrar que grande parte dos indivíduos abordados e acompanhados pelo serviço possuem uma referência familiar – seja uma mãe, um

pai, uma avó – o que desmistifica estereótipos em relação a esses jovens não possuírem famílias. Assim como no estudo de Maria Filomena Gregori (2000) os indivíduos em situação de rua, de Porto Alegre, em sua maioria, possuem relações com a família e mantêm uma circulação entre a rua, abrigos e a própria família. Apesar de se tratar de uma maioria dos casos, existem situações em que as próprias equipes ficam em dúvida em quem considerar como um responsável pela criança e casos também em que essa figura não existe. A seguir descrevo dois exemplos etnográficos que contemplam essas questões.

O limbo

Conheci a primeira história em uma reunião de equipe do AICAS em que os técnicos apresentavam todos os casos para a equipe, em uma tentativa de atualizar os profissionais sobre as situações, além de informa-los sobre todos os acompanhamentos. O documento que elaboraram para essa apresentação tinha campos como: nome da mãe, nome do companheiro da mãe, nome e data de nascimento dos filhos, além de um histórico do acompanhamento e a situação atual do caso. O caso que gostaria de apresentar diz respeito a uma situação de rua sobrevivência ligada a uma suspeita de exploração sexual. Apenas duas de um total de sete filhos de Maria⁴ estariam envolvidas com a prática. O que quero pontuar para além da situação de rua, é a da forma como o técnico que apresentava o caso refletia sobre a questão da responsabilidade de Maria sobre as duas adolescentes.

De acordo com o profissional, as duas meninas não tem uma relação próxima com a mãe biológica, não moram com ela e foram criadas por outras duas mulheres. As meninas também já tiveram determinação de acolhimento, mas nunca foram institucionalizadas. Uma delas mora hoje com a sogra, e em relação à outra garota, disseram que era necessário retomar o acompanhamento, pois a sua responsável era uma senhora já idosa e que veio a falecer recentemente. Apesar dessa falta de vínculo e de cuidado, era o nome da mãe biológica das meninas que estava preenchido no campo relativo ao “nome da mãe”. Ou seja, no prontuário era Maria quem contava como a responsável pelas adolescentes, apesar de não ter criado elas e de não ser o vínculo afetivo das duas.

De acordo com as reflexões do técnico, essas garotas estão em uma espécie de limbo, pois não existe de fato um responsável por elas. Elas são consideradas como evadidas do abrigo, pois nunca se apresentaram na instituição e por isso foram desligadas. Ou seja, não

⁴ Trata-se de um nome fictício.

existe mais vínculo com o acolhimento institucional. E não possuem uma família que se responsabilize por elas. A questão que paira então, é se devem considerar todos esses indivíduos como uma família, apesar de não existir um vínculo e nem cuidado dessa mãe em relação às duas meninas.

O segundo caso é de uma situação de rua moradia. Conheci a história em uma reunião em que estava presente a equipe do Centro e a da Lomba do Pinheiro. O encontro foi solicitado para que os dois núcleos discutissem casos de rua moradia da região que estavam no território central da cidade. O núcleo da Lomba produziu então um documento com dados dos indivíduos, com informações relativas à data de nascimento, nome do responsável, breve histórico do caso e a situação atual do acompanhamento. A história que me chamou atenção foi a de Lucas, pois ele era a única situação em que o campo relativo ao responsável estava em branco.

De acordo com as falas dos profissionais, ele é órfão de pai e mãe e não tem nenhuma referência. Ele faz situação de rua moradia, transita bastante pela cidade e tem envolvimento com drogas. Acaba então que o serviço é o responsável pelo menino. Sendo que de acordo com Lucas, apenas o Ação Rua o procura e apenas a assistência se comunica com ele. Na reunião conversavam então sobre como é difícil realizar o trabalho quando não se tem um adulto responsável, e que mesmo que esta pessoa não seja o tipo ideal, pelo menos ela existe.

Os dois casos acima elucidam questões relativas a dúvidas sobre quem considerar como o responsável pela gestão da criança ou do adolescente abordado e também demonstram as dificuldades que o serviço tem de agir quando não existe um adulto que se responsabilize pelo jovem. As duas histórias tornam-se centrais para refletir sobre a importância da família no atendimento e em como grande parte do acompanhamento não é realizado apenas com o indivíduo que está em situação de rua, mas sim com toda a sua rede familiar. A família, tem um ponto relevante e central na atuação do serviço Ação Rua, como pontuam Lirene Finkler e Debora Dell'Aglio (2014).

"É relevante sublinhar que o fortalecimento dos adultos da família, no seu papel de cuidadores/parental apresenta repercussões diretas junto aos filhos que se encontram em situação de rua, mas tem também um papel preventivo no agravamento de situações vividas com os filhos que ainda permanecem em casa. Portanto, a ênfase na matricialidade familiar repercute em promoção de qualidade de vida junto a essas famílias e comunidade" (FINKLER & DELL'AGLIO, 2014, p. 12).

Assim como nos estudos sobre políticas voltadas para infância e juventude após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (SCHUCH, 2005, 2013; VIANNA: 2002; RIBEIRO; 2009), a instituição familiar tem um importante papel na atuação desse programa governamental. Seja por meio culpabilização dos responsáveis pela criança ou pelo adolescente estar cumprindo medida socioeducativa, e também os colocando como indivíduos centrais na reinserção do jovem (SCHUCH, 2005). Ou quando as características da família passam a ser classificadas pelas práticas de intervenção como inadequadas ou negligentes (RIBEIRO, 2009). Sendo que sua ausência desse núcleo e de um responsável configura como uma dificuldade para o serviço no que diz respeito aos encaminhamentos e intervenções, pois grande parte deles tem como ênfase a inserção da criança ou do adolescente vinculado a uma rede familiar.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi o de apresentar e realizar uma discussão inicial sobre a pesquisa que realizei com um serviço de abordagem e acompanhamento a crianças e adolescentes em situação de rua. Trata-se de um esforço de refletir sobre a importância do núcleo familiar para o programa, sendo que essa instituição está envolvida em diversos procedimentos do Ação Rua, como a abordagem, a qualificação dos dados e o próprio acompanhamento.

Quando existem dúvidas sobre a responsabilidade do adulto em relação aos seus dependentes ou quando essa figura não existe, os desafios em relação ao acompanhamento do jovem se mostram como mais complexos. Isso se deve ao fato da família ser um referencial central para o trabalho que realizam, sendo que é objetivo reinserir a criança ou o adolescente dentro do seu núcleo familiar, onde o acolhimento institucional funciona como uma última opção.

O que pretendo pontuar, para além da centralidade da família e das dificuldades de se realizar um trabalho quando não se tem essa referência, é a maneira pela qual ocorre a intervenção do serviço na figura do responsável. Nas discussões são levadas em conta considerações sobre o quão organizado está a pessoa que gere o lar e os filhos, sendo que esta figura é normalmente representada pela mulher. Como citei ao longo do texto, a forma de atuação do serviço se dá através do incentivo à construção de um sujeito organizado e responsável por si na figura do adulto. O sucesso da organização do responsável tem um papel

central no que diz respeito a um dos principais objetivos do serviço: desvincular o jovem da rua, vinculando-o a uma rede familiar e aos programas de governo.

Referências Bibliográficas

Ariès, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zabar Editores, 1978.

ALVIM, Rosilene e VALLADARES, Licia do Prado. *Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura*. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 26, 1988.

FINKLER, Lirene. Avaliação de um projeto social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

FINKLER, Lirene.; DELL'AGLIO, Debora. Famílias com filhos em situação de rua: Percepções sobre a intervenção de um programa social. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 7, p. 53-66, 2014.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: Experiências de meninos nas ruas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ONG, Aihwa. *Buda is Hiding. Refuges, Citizenship and the New America*. Berkeley, University of California Press, 2003.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA. *Projeto Ação Rua*. Porto Alegre, FASC, 2006.

_____. Projeto serviço de abordagem social – Ação Rua. Porto Alegre, FASC, 2012.

RIBEIRO, Fernanda. Conselho tutelar e negociações de conflitos. In FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (Org). *Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 93- 114.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHUCH, Patrice. Práticas de justiça: Uma etnografia sobre o campo de atenção ao adolescente infrator depois do ECA. (Tese Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005

_____. Como a Família funciona em políticas de intervenção social? In: *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 13, p. 309-325, 2013.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: Silva, Tomas Tadeu da (Org.). *Liberdades vigiadas*. Petrópolis: Vozes: 30-45.

SILVEIRA, Diego. Governamentalidades, saberes e políticas públicas na área dos Direitos Humanos da criança e do adolescente. In Haroldo Resende (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

VIANNA, ADRIANA. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares de gestão da infância. In Antonio Carlos de Sousa Lima (Org.). *Gestar e gerir. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.